

Credores exigem que Brasil assine documento prometendo ir ao FMI

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — As dificuldades enfrentadas pelo Consultor da Dívida Externa, Fernão Bracher, em virtude da exigência dos credores de que o Brasil recorra ao Fundo Monetário Internacional (FMI), após o acordo que está sendo concluído em Nova Iorque, decorrem da resistência do Brasil de assumir por escrito o compromisso de entrar em entendimento com o FMI, embora informalmente esteja disposto a assumi-lo.

Os bancos credores querem que o Brasil se comprometa, por escrito, a cumprir tal compromisso formal, enquanto o Governo deseja que essa promessa permaneça a mais vaga possível.

Na origem de tais dificuldades está o PMDB que, em documento oficial

resultante de sua última convenção, em julho, recusa qualquer proposta de entendimento com o FMI. No entanto, enquanto Bracher, em Nova York, tentava convencer os banqueiros, em Brasília, Bresser repetia a mesma tarefa em relação ao Presidente do partido, Ulysses Guimarães, explicando que a decisão do Brasil está desvinculada de qualquer condicionalidade. Aparentemente, ambos tiveram êxito.

Segundo assessores do Ministro da Fazenda, logo após a assinatura do acordo com os credores, o Brasil entrará em negociação com o Fundo, com o objetivo de assinar um acordo **stand by** — a clássica fórmula de obter aval financeiro em troca da admissão de um programa de estabilização econômica. O Ministro Bresser Pereira se encarregará de defender essa iniciativa, num movimento de

mobilização do PMDB e da sociedade, alegando que nele não haverá qualquer vinculação com o esquema de desbolsos dos bancos.

Há outros ingredientes convencionais, além desse, no formato da atual negociação. O crédito de US\$ 1,5 bilhão — em duas parcelas, o Brasil paga US\$ 1,5 bilhão e os bancos US\$ 3 bilhões — representa, na prática, o tradicional sistema de “crédito-ponte” utilizado pelo Governo anterior para resolver situação semelhante de atraso de juros. De acordo com avaliação das mesmas fontes, outro ponto de identidade é que nessa operação para regularizar a situação de 1987, poderão participar apenas um número reduzido de credores, cerca de 60 bancos. A dificuldade brasileira é conquistar todos os credores para a posição brasileira até o mês de dezembro.